

POR UMA HISTÓRIA DO GOLPE CIVIL E MILITAR EM ALAGOAS²
FOR A HISTORY OF THE CIVIL AND MILITARY COUP IN ALAGOAS

Rodrigo José da Costa³

Resumo: Pretendo nesse artigo retomar algumas questões apresentadas em mesas-redondas e debates sobre o cinquentenário do Golpe Civil e Militar de 1964 em Alagoas. A partir de um balanço sobre o que se falou a respeito do Golpe nos aniversários de 40 e 50 anos, procuro focalizar a disputa pela memória e o silêncio a respeito do envolvimento de alguns setores civis, principalmente a imprensa alagoana que, além de encobrir os fatos relativos às mobilizações dos trabalhadores, incentivaram a derrubada do governo constitucional de João Goulart. Intento ainda fazer uma breve análise sobre a produção acadêmica e memorialística local, desembocando num inventário sobre as fontes de pesquisa que tem surgido nos últimos anos.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Alagoas; História e Memória.

Abstract: I intend this article to reproduce some issues presented in roundtable discussions and debates on the fiftieth anniversary of the Civil and Military Coup of 1964 in Alagoas. From a balance sheet of what has been said about the coup birthdays of 40 and 50 years, I try to focus on the race for the memory and the silence about the involvement of some civilian sectors, mainly alagoana press that besides covering up facts relating to the mobilization of workers, encouraged the overthrow of the constitutional government of Joao Goulart. Still attempt to make a brief analysis of the academic and memoirs local production, ending in an inventory of the sources of research that has emerged in recent years.

Keywords: Stroke 1964; Alagoas; History and Memory.

O transcurso do aniversário de 50 anos do Golpe Civil e Militar de 1964, que inaugurou uma ditadura – a segunda na história republicana – no Brasil só superada mais de duas décadas depois, como era de se esperar, suscitou uma série de discussões em diversos âmbitos, bem como uma variedade de análises de caráter acadêmico (materializada em publicações de livros e artigos diversos⁴). Isso atesta não

² As reflexões deste artigo foram apresentadas inicialmente como comunicações em mesas-redondas, a primeira “Trabalhadores, Golpe e a Ditadura em Alagoas”, no dia 11/03/2014, na Universidade Federal de Alagoas durante o I Encontro de Nacional de História do Sertão; a segunda, na Universidade Estadual de Alagoas na Mesa-redonda “50 anos do golpe civil-militar em Alagoas: perspectivas historiográficas” no dia 31/03/2014. Agradeço aos interlocutores pelas sugestões e críticas propostas bem como a figura de Anderson Moura pela leitura criteriosa e atenciosa das versões preliminares deste texto.

³ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

⁴ Neste ano de 2014 vieram ao público uma diversidade de novos livros de historiadores que, em grande medida, já se debruçam ao tema do Golpe Civil e Militar há pelo menos uma década, além novas edições de outras obras igualmente importantes que se encontravam esgotadas. Dentre os por se dizer mais “famosos”, estão o livro de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes *1964: O golpe que derrubou um presidente e instituiu a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, lembrando que Ferreira já havia publicado a biografia de João Goulart em 2011; também Daniel Aarão Reis *Ditadura e democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014; Carlos Fico. *1964: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. Aarão Reis juntamente com Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto

só a vitalidade do tema dentro da sua intrínseca complexidade, como também as lacunas que ele ainda não preencheu.

Evento marcante da história brasileira em seu período republicano, o Golpe, em seu “aniversário” de 50 anos continua a estimular acalorados debates. Não poucas tentativas de explicação continuam a ser formuladas; o descobrimento de novas fontes de pesquisa (dentro e fora do país), depoimentos e revelações polêmicas continuam a surgir na mídia e no âmbito geral da sociedade civil, os mais variados sentimentos em relação à sua herança – que vão da posição de crítica e de denúncia a sua instauração e repulsa ao seu legado, até a exaltação e nostalgia dos seus pretensos benefícios e espólio positivo. Uma vez constatado que a relação entre a História e a Memória daquele dia que durou mais de duas décadas ainda está carregada de mistificações e distorções que, se por um lado são pontos de partida para novas pesquisas, por outro, descambam no pântano suntuoso de versões que contando determinado *lado* da história, acabam por pulverizar a tentativa de um entendimento global do evento.

Apesar de todo o avanço que o tema viu emergir, principalmente a partir da década de 2000, tratar da história do Golpe Civil e Militar em alguns lugares específicos ainda é uma tarefa hercúlea, dado o silêncio que insiste em encobrir toda uma conjuntura histórica recheada de eventos importantes, de lutas e projetos por uma transformação das estruturas do país.

Assim, é meu objetivo nesse artigo discutir alguns aspectos relacionados ao Golpe Civil e Militar em Alagoas, procurando trazer à tona suas especificidades dentro do processo político mais amplo. Procuo também fazer um balanço do que foi discutido nos aniversários de 40 e de 50 anos do Golpe no estado, para em seguida fazer uma breve análise sobre a produção acadêmica e memorialística local, desembocando num inventário sobre as fontes de pesquisa que tem surgido nos últimos anos.

AS “COMEMORAÇÕES”

Em Alagoas pouco ou nada se falou a respeito da passagem do aniversário do Golpe em suas primeiras décadas. A imprensa alagoana passou a dar destaque ao evento a partir de 2004, quando da passagem de 40 anos do evento, entrevistando especialistas e pessoas que viveram a conjuntura do golpe

Sá Motta organizaram a coletânea *A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. Ao passo que Motta publicou *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, Ridenti publicou uma nova edição de seu livro *Em busca do povo brasileiro: Os artistas da revolução: do CPC a era da TV*. São Paulo: EDUNESP, 2014. A primeira edição havia sido publicada pela Editora Record em 2000 e se encontrava esgotada. Partindo de perspectivas teóricas distintas das obras acima mencionadas, o livro organizado por Demian Melo, *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014 merece ser destacado pelas alternativas que oferece para o entendimento não só do Golpe em si, mas também pelo debate e crítica em relação à produção acadêmica mais em voga.

em lados opostos. O escritor e historiador Dirceu Lindoso, membro do PCB em 1964, ficou preso durante um ano e qualificado pela matéria como “pertencente ao rol dos intelectuais de esquerda”⁵. O ex-governador Divaldo Suruagy, eleito de forma indireta em 1975, o qual havia sido Secretário da Fazenda no governo Luiz Cavalcante, afirmou que o período da ditadura foi “promissor” para os alagoanos⁶.

Lincoln Cavalcante, irmão do então governador de Alagoas Luiz Cavalcante⁷, apontou em entrevista que “aderiu a uma causa que entendia ser uma contrarrevolução, (...) revolução era a planejada pelo presidente Goulart”⁸, corroborando com o discurso usado como mote por seu irmão, quando ocupava a chefia do Executivo, para arregimentação da conspiração golpista. O jornalista Anivaldo Miranda, representante estudantil em 1964 e militante da esquerda, afirmou que no estado, o golpe começou com a repressão aos manifestantes do comício do dia 29 de março daquele ano⁹. Miranda enfatiza que de nenhuma maneira os trabalhadores alagoanos foram submissos ao golpe; e que as autoridades tiveram muito trabalho para conter os protestos populares, além de muitas manifestações só terem sido controladas alguns dias depois.

Em 2014, da mesma maneira, a cobertura por parte dos periódicos alagoanos não procurou aprofundar – salvo casos muito pontuais – a discussão de um evento tão marcante da História do Tempo Presente da sociedade como um todo, indo inclusive na contracorrente da grande imprensa nacional que se empenhou na confecção de edições especiais tendo o Abril de 1964 como tema principal. Na noite de 31/03/2014 aconteceu um ato em Maceió, no Bairro de Jaraguá, evento este que contou com a participação de oito artistas alagoanos que cantaram músicas e declamaram poemas censurados naquela época, além de depoimentos de vítimas da ditadura, presos políticos e seus parentes¹⁰.

Em matéria chamada “50 anos após golpe: as marcas da Ditadura em Alagoas”, o jornal *Gazeta de Alagoas* afirma que “fatos que ficaram guardados na memória e que precisam ser contados para que possam contribuir para a reconstrução da história de Alagoas”¹¹. Segundo o articulista do jornal, cinquenta

⁵ “Golpe foi preparado com antecedência”. In: *Tribuna*. Maceió, 28/03/2004. p. 16.

⁶ “Suruagy afirma que período foi ‘promissor’ para Alagoas”. In: *Tribuna*. Maceió, 28/03/2004. p. 16.

⁷ O Major Luiz de Sousa Cavalcante foi governador de Alagoas entre 1961 e 1966, tendo uma atuação decisiva no sentido de funcionar como sustentáculo do Regime Militar na Região Nordeste quando da deflagração do Golpe. Para uma melhor caracterização de sua atuação à frente do Executivo estadual e da sua relação com os governos militares ver James Washington Alves Santos. *O Poder dos Militares nas “Mãos” de um Civil: Ditadura Militar e o 1º Governo Suruagy em Alagoas*. Maceió: UFAL, 2009 (Mímeo).

⁸ “Revolução de 64 enfrenta ‘crise dos 40’”. In: *Tribuna*. Maceió, 28/03/2004. p. 10.

⁹ “Trabalhadores resistiram bravamente” In: *Tribuna*. 28/03/2004. p. 9.

¹⁰ “Ato em Maceió relembra 50 anos do golpe militar no Brasil.” Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/03/ato-em-maceio-relembra-50-anos-do-golpe-militar-no-brasil.html> (Acesso em 18/07/2014).

¹¹ “50 anos após golpe: as marcas da Ditadura em Alagoas.” In: *Gazeta de Alagoas* 30/03/2014 Disponível em <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=364848&e=6> Acesso em 31/03/2014

anos depois de instaurada a Ditadura Militar no Brasil, “as feridas aparentemente invisíveis deixadas pelo autoritarismo fardado ainda são sinônimos de mágoas e lágrimas”¹².

A matéria trata ainda de dois temas de grande importância: o primeiro, a criação da Comissão da Verdade em Alagoas em 2012. Desde então, 12 depoimentos de vítimas ou de parentes de vítimas da ditadura já foram colhidos. Em meio a tantas histórias, algumas revelações feitas por quem sentiu na pele o peso do regime ditatorial chamam a atenção; o segundo, dizia respeito à localização geográfica do ambiente onde as torturas eram realizadas em Maceió. Pessoas que se manifestavam contra o regime militar e participavam de movimentos estudantis eram levadas para os galpões da Petrobras, que ficavam situados no local onde hoje funciona o Hospital Universitário (HU), na zona norte da cidade. Lá, verdadeiras agressões físicas e psicológicas eram executadas, deixando cicatrizes impossíveis de apagar.

Em outra matéria intitulada “DITADURA. Alagoanos sobreviventes lembram período mais tenebroso da história do País”¹³, uma série de relatos de importantes militantes políticos alagoanos e dá um destaque especial ao drama vivido pela família Miranda, cujo dois de seus membros foram vítimas do regime instaurado em 1964. Nilson Miranda, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro em Alagoas, eleito vereador em Maceió em 1962, teve o seu mandato cassado após o Golpe. O irmão mais velho de Nilson, Jayme, foi preso por agentes do Exército e integra a lista dos desaparecidos políticos vitimados pelo regime de exceção brasileiro, sendo que, passadas mais de quatro décadas, o paradeiro de seu corpo continua desconhecido até hoje.

Em linhas gerais, a preocupação das duas matérias é relatar casos de pessoas que foram torturados já durante o ápice do regime militar, além de outras arbitrariedades causadas pelos agentes do Estado. O jornal *Gazeta de Alagoas*, veículo ligado às Organizações Arnon de Mello, teve significativa importância nas décadas de 1950 e 1960, justamente por pertencer à Arnon de Mello, eleito governador de Alagoas em 1950, cujo mandato se iniciou em 1951 e se encerrou em 1956.

Ao mesmo tempo em que é importante reconhecer a tentativa por parte do jornal de possibilitar a discussão sobre como a Ditadura atingiu os alagoanos, mais especificamente aqueles que lutaram contra ela e sofreram, em retaliação, a sua violência desproporcional e, acima de tudo, brutal, é igualmente necessário apontar como nenhuma das matérias aborda o período imediatamente anterior ao golpe de 1964 e que o próprio *Gazeta de Alagoas* foi um dos órgãos de imprensa que, juntamente com o *Jornal de*

¹² Idem.

¹³ “DITADURA. Alagoanos sobreviventes lembram período mais tenebroso da história do País.”In: *Gazeta de Alagoas* 30/03/2014. Disponível em <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=241951> Acesso em 31/03/2014.

Alagoas¹⁴, apoiou deliberadamente a deposição do Presidente João Goulart, além da campanha de desestabilização do governo deste último que foi promovida pelo periódico.

Passados 50 anos de um evento marcante como foi o Golpe, os canais de imprensa simplesmente silenciam a respeito da participação de atores importantes no processo político da primeira metade da década de 1960. A participação do governador Luiz Cavalcante na conspiração para a derrubada de Jango, bem como o papel que desempenhou quando da posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco em abril de 1964 são simplesmente relegados aos véus do esquecimento. Personagens marcantes como o senador Teotônio Vilela, famoso pelo papel desempenhado no processo que restabeleceu o regime liberal-democrático nos anos finais da Ditadura – o que inclusive lhe valeu o epíteto de “Menestrel das Alagoas” – em 1964 ocupava o cargo de vice-governador no estado, não recebem uma menção sequer por parte da mídia local.

Quase sempre dando um enfoque maior às mobilizações estudantis e aos seus ex-militantes, que sem sombra de dúvida devem ser lembradas pelo seu caráter de resistência ao Estado ditatorial, nenhuma alusão, no entanto foi feita em relação as lutas patrocinadas pelos trabalhadores alagoanos no início dos anos 1960¹⁵. Uma efervescente cena política onde os sindicatos de trabalhadores no estado foram protagonistas de lutas pela transformação radical da sociedade, que abraçaram decisivamente a campanha pelas Reformas de Base, propondo um novo modelo de distribuição de papéis sociais e político, vai simplesmente esmaecendo, mergulhada no mais simplório olvido.

Michel Pollak, no texto *Memória, esquecimento, silêncio*¹⁶ chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre grupos minoritários e a sociedade englobante; e mesmo entre diferentes correntes dentro de um mesmo grupo. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem a mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional mas às vezes também se conformam com a memória “oficial” de um grupo.

¹⁴ Em trabalho anterior, demonstrei o papel desempenhado pela imprensa alagoana na crise política do início de 1964, e como esta incentivou a deposição do Presidente Goulart, em “Do ‘comício que não houve’ à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas.” In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.

¹⁵ Procuo apontar algumas das campanhas políticas conformadas pelos trabalhadores alagoanos na primeira metade da década de 1960 em Rodrigo Costa. “Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961-1964).” In: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, p. 125-144.

¹⁶ Michel Pollak. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

O “ESTADO DA ARTE”

A literatura em relação ao Golpe Civil e Militar em Alagoas já dispõe de algumas análises sistemáticas, oriundas em parte de pesquisas de fôlego desenvolvidas como trabalhos acadêmicos e de alguns ensaios que privilegiaram o viés memorialístico. No entanto, carece ainda de outros estudos para ampliar aspectos ainda lacunares das atuações e relações tecidas naquela conjuntura. Para citar apenas um exemplo: entender a trajetória do vice-governador alagoano em 1964, Teotônio Vilela, político udenista, um dos articuladores do Golpe juntamente com o governador Luiz Cavalcante que em seguida, já como senador, eleito inclusive pelo MDB, partido de oposição legal, ter uma atuação destacada no processo de abertura política nos estertores da Ditadura.

Um dos primeiros trabalhos a abordar os eventos relacionados a primeira metade da década de 1960 foi a Dissertação de Mestrado de Paulo Décio Arruda de Mello, onde este analisa o desenvolvimento do sindicalismo rural no estado de Alagoas¹⁷. O autor procura resgatar o processo de constituição dos sindicatos alagoanos e suas trajetórias, principalmente nas áreas canavieiras, assim como da Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Alagoas – FETAG/AL. Um dos inúmeros méritos deste trabalho reside na caracterização feita pelo autor de como o processo de sindicalização rural envolveu as forças políticas daquele momento – indo do Governo do estado às esquerdas. Temendo pela “comunização” dos trabalhadores rurais alagoanos, setores da Igreja Católica organizados no Serviço Orientação Rural de Alagoas – SORAL, demonstrando uma preocupação com a politização das lutas camponesas no estado, procuraram afastar a influência do PCB e demais grupos de esquerda no processo de sindicalização rural.

Indicando um “ensaio de organização rural no período”, Arruda Mello afirma que “este não foi suficiente para afetar as formas mais diretas e amplas de dominação ligadas à estrutura canavieira”¹⁸. Frente a uma correlação de forças extremamente desigual, apesar de toda a efervescência da conjuntura, os canavieiros locais tenderam a permanecer isolados e enfrentando dificuldades para o seu reconhecimento político. De maneira incisiva, o autor afirma que com o golpe de 1964, a correlação de forças ficou ainda mais “desequilibradamente favorável as iniciativas patronais”¹⁹. Diante da nova situação, ampliaram-se os problemas acerca da representação e da identidade política dos canavieiros pela via sindical em Alagoas.

¹⁷ Paulo Décio de Arruda Mello. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. 1990. 203f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Itaguaí.

¹⁸ *Idem*, p. 129.

¹⁹ *Ibid.*

Fernando Medeiros, em seu livro *Homo Inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*, identifica na questão agrária uma das principais frentes dos embates políticos travados antes de 1964. Medeiros acompanha a atuação da “Ação Social Católica” da Arquidiocese de Maceió e como esta enfrentou a questão social rural, que desde o final da década de 1950 e principalmente no início da década seguinte procurou fornecer alternativas ao problema social que se vivia nas áreas rurais naquela conjuntura²⁰.

O outro ponto fulcral do trabalho centra-se justamente na produção do discurso anticomunista pela Ação Social e de como esse discurso foi utilizado pelo então Governador alagoano, Luiz Cavalcante. O autor afirma que o governador serviu como um sustentáculo dos golpistas após abril de 1964, e como um elo entre esse poder central e as forças políticas de base agrária local²¹.

Medeiros também chama atenção para o fato de Luiz Cavalcante estar ligado ao complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisa Econômica e Social/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e se colocar numa situação de oposição ao governo Goulart e ao seu projeto nacional-reformista. O complexo IPES/IBAD se fazia presente no estado através do escritório de Paulo de Assis Ribeiro e tinha um canal de comunicação importante, o periódico *Jornal de Alagoas*²². O jornal pertencia à rede dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, e fazia veicular pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista. No estado, o *Jornal de Alagoas* estampava em suas páginas a imagem de um governador preocupado com os problemas sociais e disposto a realizar a reforma agrária em Alagoas.

Ainda de acordo com o autor, a preocupação de Luiz Cavalcante com a reforma agrária advinha, sobretudo, da necessidade de controle sobre o movimento social no campo. Uma vez reconhecida “a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas que dela decorriam, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual”²³. Medeiros conclui que seguindo o mesmo princípio de controle o governo incentivou a organização de sindicatos rurais que poderiam, caso fossem de alguma forma controlados, representar

²⁰ Fernando Antônio Mesquita Medeiros. *Homo Inimicus: Igreja católica, ação social católica e discurso anticomunista em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007, p. 29. A pesquisa que originou este livro foi inicialmente defendida como Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em 1999 com o título *Práticas Sociais e Imaginário Político na Arquidiocese de Maceió (Década de 1940-1960)*.

²¹ Idem, p. 135.

²² Idem, p. 136.

²³ Idem, p. 137.

uma alternativa às Ligas Camponesas, que já em processo de desagregação, ganharam projeção em estados vizinhos, como Pernambuco, por exemplo²⁴.

A despeito dos dois trabalhos acima mencionados se tratarem de pesquisas com uma sensível profundidade, a, talvez, primeira menção – brevíssima por sinal – sobre o desenrolar dos fatos que culminaram no Golpe em Alagoas apareceram no livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)* de Luiz Alberto Moniz Bandeira. A determinada altura da obra, o autor menciona a organização de

comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio secretário de Segurança, Coronel João Mendes de Mendonça, todos treinados para a sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado, 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustíveis cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. A esse Estado-Maior de fazendeiros e comerciantes se somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um com pelo menos cinco homens já armados. O governador Luiz Cavalcante apoiava o empreendimento, que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituía, como Estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, Miguel Arraes e João Seixas Dória, identificavam com o programa de reformas. A organização desse Exército clandestino, com *know-how* da CIA, custou cerca de 100 milhões de cruzeiros. Em todo o Nordeste havia formações do mesmo tipo²⁵.

Em se tratando de uma afirmação contundente, todavia, nenhuma alusão a essa organização paramilitar foi feita em nenhum dos jornais alagoanos da época. Acredito que Bandeira tenha se apoiado numa matéria veiculada pelo jornal *Folha de São Paulo*. No dia 08 de abril de 1964, às vésperas da posse do Marechal Castello Branco na Presidência da República, o jornal paulista publicou uma entrevista com o governador alagoano afirmando que a posição do Estado “foi inflexível na defesa da democracia ao proibir o comício do dia 29 onde estariam presentes Seixas Dória, Arraes e Brizola”²⁶. Três dias depois na matéria “De como Alagoas resistiria ao golpe”²⁷, o jornal dá detalhes de como “Alagoas estava preparada para resistir a qualquer tentativa de golpe do ex-presidente João Goulart e contra atacar a fim de derrubá-lo do poder”²⁸.

Diante da impossibilidade de cotejar as informações acima com outras fontes documentais, toda e qualquer afirmação sobre a participação do governo alagoano numa conspiração para depor o Presidente não passará de especulação. Analisando jornais da época, percebe-se que Luiz Cavalcante tenta se

²⁴ Idem, p. 138.

²⁵ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 60.

²⁶ “O Estado de Alagoas defendeu a democracia.” In: *Folha de São Paulo*. 08/04/1964. p. 5.

²⁷ *Folha de São Paulo*. 11/04/1964. p. 1.

²⁸ Ibid.

autopromover como um dos grandes articuladores do Golpe no Nordeste, obtendo inclusive alguma projeção em periódicos da Região Sudeste do país, como por exemplo, em uma matéria publicada pelo o jornal carioca *Correio da Manhã*, dizia que o governo de Alagoas:

(podia) reivindicar o título de precursor do movimento armado vitorioso a primeiro de abril, pois o governador Luis Cavalcanti, já no dia 29, havia determinado prontidão à Brigada Militar estadual para impedir a realização de um comício comunista e interceptado um trem que conduzia agitadores vermelhos que procediam de Pernambuco. Quando o Sr. Luis Cavalcanti soube da decisão do levante de Minas Gerais, reforçou os dispositivos de segurança do governo e mandou prender todos os líderes esquerdistas. Os Srs. Benedito Bentes, presidente da Federação do Comércio, Carlos Breda, presidente da Associação Comercial e Napoleão Barbosa, da Federação das Indústrias, telegrafaram ao Gal. Justino Alves Bastos, ao Gal. Luis Guedes, Gov. Carlos Lacerda e Presidente Ranieri Mazzilli, assinalando a ação decisiva do governador LC em todo o desenrolar dos acontecimentos²⁹.

Também encontramos informações rarefeitas sobre Alagoas em outra obra clássica, o livro *1964: a conquista do Estado*, do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, onde este ao pesquisar a constituição do Complexo IPES/IBAD e da sua participação no golpe de Estado, demonstra o financiamento de candidaturas parlamentares bem como o funcionamento das unidades do Complexo em diversos estados brasileiros, como o já mencionado escritório de Paulo Assis Ribeiro em Maceió³⁰.

Avançando no tempo, em 2004 vieram a público, dois ensaios cujo viés memorialístico procurava resgatar a cena política alagoana as vésperas da deflagração do Golpe. Ênio Lins, em *Alagoas: pastoril de trágicas jornadas* aponta que o “embaralhamento” das siglas políticas locais produziu a particularidade de que as forças que se opuseram ao Golpe de 1964 tinham líderes originados do prestígio popular de Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador de Alagoas entre 1947 e 1951. Em meados dos anos 50, o xadrez das composições políticas dispôs as peças mais expressivas à esquerda em aliança com Muniz Falcão, líder carismático e democrata apesar de ter iniciado sua vida pública através do próprio Silvestre, o qual em seu governo perseguiu ferozmente a esquerda, a ponto de sequestrar os três deputados estaduais do Partido Comunista do Brasil quando do processo de cassação do registro do PCB, em 1946³¹.

Essa composição de forças heterogêneas, que poderia ser classificada como “mais à esquerda”, estava fora do poder estadual em Alagoas na virada do dia 31 de março para o dia primeiro de abril de 1964. Dividido, esse agrupamento havia perdido a eleição de 1960 para o general Luiz Cavalcante, o popular “Major Luiz”, num pleito onde enfrentou também o próprio Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que

²⁹ “Alagoas antecipou-se a Revolução”. In: *Correio da Manhã*. 05/04/1964. p. 2.

³⁰ René Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

³¹ Ênio Lins. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004. (www.fundaj.gov.br).

amargou um terceiro lugar. O candidato dessa frente mais progressista (do ponto de vista da esquerda) era Abraão Fidélis de Moura, que chegou a ser o candidato mais votado no interior³².

Lins destaca que no ano do golpe, a maior organização de esquerda era o “Partidão”, sendo que poucos haviam tomado conhecimento da cisão comunista que havia produzido duas siglas distintas, o PCB e o PCdoB, desde 1962. Uma célula de “jovens militantes do PCdoB – identificados pelos da velha guarda como ‘os chineses’ – teria mantido um ‘aparelho’ funcionando na Rua do Livramento,”³³ uma das principais ruas no centro da cidade, mas disso praticamente não sobraram registros materiais.

Em 1964, antes do golpe, as forças dominantes na economia alagoana haviam conseguido o poder político equivalente à sua proeminência, o que era expresso no governo Luiz Cavalcante, que apesar de ser militar de carreira, representava esse segmento e tinha como vice-governador Teotônio Vilela, usineiro e intelectual³⁴. Entre suas bases, consolidava-se a aliança realizada desde o campo com plantadores de cana-de-açúcar (fornecedores de matéria-prima para as usinas), setor que dispunha de lideranças políticas de grande destaque, como Lamenha Filho. Dentre as camadas mais favorecidas, faziam-lhe oposição, com regular frequência, boa parte das lideranças latifundiárias do sertão e do agreste, homens de tradições mais rústicas e sempre desconfiados do crescimento do poder dos usineiros³⁵.

Anivaldo Miranda em *Alagoas e o Golpe 1964* procura resgatar a história da esquerda alagoana antes de 1964, demonstrando trata-se não só de “uma demanda imediata para a preservação da memória política, como também um tributo aos construtores dessa história e uma das chaves para entender a evolução política de Alagoas desde o golpe”³⁶. Miranda indica que o ciclo da resistência democrática de esquerda que antecede ao golpe militar de 1964 em Alagoas, deve ser localizado na década de 1950 e na primeira metade da década seguinte, quando a esquerda alagoana praticamente estava resumida ao Partido Comunista Brasileiro, à exceção dos anos imediatamente anteriores a abril de 1964, quando setores radicalizados da Igreja Católica, segmentos independentes da juventude universitária e personalidades de partidos de centro-esquerda, começaram a somar com o PCB na luta por mudanças estruturais profundas e evoluir para posições francamente progressistas, nacionalistas e até esquerdizantes.

De forma contundente, o autor verifica que o período anterior a 1964 foi varrido da memória política de Alagoas pelo “reacionarismo extremado dos aparelhos ideológicos dominantes na sociedade”, foi,

³² Idem, p. 5.

³³ Idem, p. 6.

³⁴ Idem, p. 7.

³⁵ Idem, p. 8.

³⁶ Anivaldo Miranda. *Alagoas e o Golpe de 1964*. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista - PPS, 2004.

porém, de uma riqueza e multiformidade incriveis para os padrões da época³⁷. Segundo Miranda, isto seria atestado pela força desproporcional utilizada para desarticular todo esse processo político à esquerda, “a repressão desencadeada em Alagoas durante o golpe assumiu proporções espantosas para o tamanho da população à época”³⁸.

Mesmo se tratando de um ensaio relativamente curto, o autor consegue inventariar uma série de personalidades, tanto à esquerda quanto à direita, além passar em revista pela atuação dos principais movimentos sociais que desenvolveram na primeira metade da década de 1960, concluindo que o Golpe de 1964 sustou as possibilidades de alcance dessas reivindicações por melhorias das estruturas políticas e sociais alagoanas.

Um trabalho ainda pouco explorado, mas de visível contribuição ao estudo do Golpe de 1964 em Alagoas com certeza é Dissertação de Mestrado em Comunicação de Tiago Eloy Zaidan. Em seu trabalho, o autor lança mão de uma série de conceitos gramscinianos – como *Hegemonia* por exemplo – para proceder a um levantamento das matérias veiculadas pelo jornal *Gazeta de Alagoas* a partir da posse de João Goulart como Presidente da República em 1961. Zaidan se concentra em fazer uma análise de cunho quantitativo a respeito de matérias publicadas pelo jornal que abordavam as personalidades políticas com maior destaque naquele cenário³⁹.

Figuras como Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, e claro, o próprio Presidente, apareciam com frequência das páginas da *Gazeta*, na grande maioria do tempo, recebendo críticas por suas posições de defesa ao programa nacional reformista, cujo alcance marcou profundamente aquela conjuntura política. Zaidan também verifica a preocupação crescente do jornal em relação ao recrudescimento das mobilizações dos trabalhadores alagoanos, que posteriormente começaram a ser utilizadas pelo periódico como indícios significativos de que a sociedade caminhava rumo a instauração de um regime comunista.

Concluo esta seção aludindo à minha Dissertação de Mestrado em História, defendida junto à Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em 2013. Em grande medida tributário de todas as obras supracitadas, procurei no meu trabalho concentrar-me na atuação dos trabalhadores alagoanos no interregno de tempo entre a posse de Luiz Cavalcante frente ao governo do estado em 1961,

³⁷ Idem, p. 5.

³⁸ Ibid.

³⁹ Tiago Eloy Zaidan. *O golpe de estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação: a experiência da mídia Imprensa Alagoana*. 266f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em Comunicação, Recife, 2010.

até o Comício das Reformas, realizado em Maceió em 29 de março de 1964, cujos desdobramentos coincidiram com a deflagração do Golpe Civil e Militar no Sudeste do país⁴⁰.

O recorte temporal no qual me debrucei, representava uma lacuna pouco explorada até então. O trabalho de Douglas Apratto Tenório sobre Muniz Falcão compreendia basicamente o período de 1956 a 1961, ou seja, o do mandato governamental de Muniz, dedicando o último capítulo a 1966, ano da morte do ex-governador⁴¹. No outro extremo, o livro de Alberto Saldanha sobre o movimento estudantil alagoano focalizava o período de 1968 a 1980, sendo que recuava até 1964 apenas para contextualizar o seu objeto de pesquisa⁴². Desta maneira, eu tinha a minha frente um “obstáculo” instigante, dado o relativo ineditismo de se trabalhar o período, e ao mesmo tempo perigoso, tendo em vista a falta de estudos que pudessem balizar as informações que eu ia conseguindo com as fontes.

Abordando a conjuntura global do início da década de 1960, desenhada a partir do final da Segunda Guerra Mundial e a eclosão da Guerra Fria, procedo a uma caracterização do processo político iniciado com a democratização em 1945, apresentando a nova realidade política inaugurada com o fim do Estado Novo, dando atenção às formações partidárias e as eleições alagoanas entre 1947 e 1960. Na sequência procuro fazer um rápido delineamento do espaço urbano de Maceió na virada das décadas de 1950/1960 e das condições de vida naquele momento, desembocando na eleição de Luiz Cavalcante ao governo do Estado em 1961 e de alguns aspectos da sua gestão.

Em seguida, apresento um quadro geral das mobilizações e conquistas dos trabalhadores no início da década de 1960, tanto em Alagoas quanto no resto do país. Continuo com a análise do perfil de alguns dos mais importantes personagens políticos de esquerda do período, destacando a atuação do PCB e do CGT. Prossigo fazendo um inventário das campanhas políticas e greves que envolveram os trabalhadores e os comunistas alagoanos entre os anos de 1961 e 1963 e como estes movimentos foram tratados pela grande imprensa alagoana.

A análise se encerra no ano de 1964, iniciando com as greves dos trabalhadores em combustíveis e depois com as dos trabalhadores rurais, prosseguindo com a campanha de desestabilização política do governo Goulart empreendida pelo *Jornal de Alagoas* entre os meses de fevereiro e março de 1964. Em sequência, abordo o Comício das Reformas marcado para o dia 29 de março em Maceió e os desdobramentos da deflagração do golpe por parte dos militares até a Marcha da Vitória, realizada no dia

⁴⁰ Rodrigo José da Costa. *O golpe civil-militar em Alagoas: O governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)*. 159f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, Recife, 2013.

⁴¹ Douglas Apratto Tenório. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. Maceió: Edufal, 2007. A primeira edição do livro é de 1995.

⁴² Alberto Saldanha. *A mitologia estudantil*. Maceió: SERGASA, 1994.

02 de abril também na capital alagoana. Por fim, procuro demonstrar as matérias publicadas que enaltecem a posição do governador Luiz Cavalcante, em sua participação no movimento que depôs o Presidente João Goulart.

AS FONTES DE PESQUISA

Muito do que se produziu sobre o Golpe em Alagoas até o presente momento é oriundo, em grande medida, de pesquisas que tiveram nas fontes impressas periódicas seu principal sustentáculo. Embora os trabalhos acima abordados não se utilizem exclusivamente de jornais, estes são, ainda, os grandes mananciais de informações sobre os acontecimentos relativos às décadas de 1950 e 1960, dos quais os pesquisadores tem se servido com frequência. Os trabalhos de Fernando Medeiros e Paulo Décio de Arruda Mello, por exemplo, constroem sua problematização em cima das coleções dos jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*, dois dos maiores veículos de circulação na época⁴³, sendo que Medeiros utiliza em grande proporção também as coleções do jornal *O Semeador*, editado pela Arquidiocese de Maceió⁴⁴.

Um dos fatores que explica o uso recorrente a estes jornais, com certeza reside no fato de que o acesso a essas fontes é fácil nos acervos onde estão depositadas. As Hemerotecas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL e do Arquivo Público de Alagoas – APA, ambos situados em Maceió, possibilitam a pesquisa sem maiores restrições, permitindo inclusive que se fotografem os jornais. Contando com um rico e variado acervo, que cobre praticamente todo o século XX, o acesso só é negado quando o material se encontra em estágio avançado de deterioração.

Outra possibilidade aberta recentemente, e igualmente promissora, é o acesso que a Biblioteca Nacional tem permitido a uma série de periódicos de variadas regiões do país através da Hemeroteca Digital Brasileira⁴⁵, portal *online* que dispõe de coleções digitalizadas de jornais importantes, como os cariocas *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. O Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

⁴³ Outro jornal importante do período é o *Diário de Alagoas*, contudo, os exemplares disponíveis tanto no IHGAL quanto no APA não contemplam os anos entre 1961 e 1964. Para mais informações acerca do *Diário de Alagoas* ver Anderson Moura. “Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950.” In: *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº 9, julho/2014. p. 222-243.

⁴⁴ *O Semeador* completou 100 anos em 2013, e continua a ser editado. No IHGAL há números mais antigos, pelo menos de 1926 em diante. Na Arquidiocese só tem um número de 1940, e depois todas as edições de 1960 até hoje.

⁴⁵ A Hemeroteca Digital Brasileira, portal de periódicos vinculado a Fundação Biblioteca Nacional proporciona consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas. Para mais informações, consultar <http://hemerotecadigital.bn.br>.

também tem se empenhado na iniciativa facultando o acesso aos periódicos *O Estado de São Paulo* e *Última Hora*, além do jornal *Folha de São Paulo*, cujo arquivo pode ser consultado através do portal <http://acervo.folha.uol.com.br>.

Para além das possibilidades abertas com esses periódicos de grande circulação, outra iniciativa local veio a aumentar os recursos disponíveis aos pesquisadores que se debruçam sobre o período liberal democrático aberto entre as décadas de 1940 e 1960. O trabalho desenvolvido pelo historiador alagoano Osvaldo Maciel que consistiu na digitalização do jornal *A Voz do Povo*, editado pela seção alagoana do Partido Comunista Brasileiro. O periódico – o qual circulava de forma semanal – se encontrava sob a guarda do APA e apesar de não dispor de sua coleção completa, apresenta uma diversidade de números que abarcam praticamente toda a década de 1950, sendo que o último número disponível data de 15 de março de 1964, portanto, duas semanas antes da deflagração do Golpe Civil e Militar⁴⁶.

Recentemente, outro projeto desta monta viabilizou o acesso a um acervo inédito até então. Em 2010, com a estruturação em nível nacional do projeto *Memórias Reveladas*⁴⁷, permitiu a digitalização das fontes da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica – DOPSE/AL, constituída em grande parte das Fichas Pessoais dos indivíduos perseguidos por suas atividades políticas, de alguns relatórios produzidos por agentes policiais e de algumas fotografias.

O trabalho com o material do DOPSE/AL tornou possível mapear algumas das atividades de cunho político conformadas pelos trabalhadores alagoanos ao longo das décadas de 1950 e 1960, demonstrando suas vinculações com partidos políticos – o PCB principalmente – e demais organizações sociais, como o CGT e a UNE. Em que pese o fato de apenas as Fichas sem os seus respectivos prontuários terem sido entregues ao APA, ainda assim, as informações trazidas à tona possibilitaram a realização de trabalhos que se pautaram por um cruzamento de dados do acervo do DOPSE/AL com os periódicos⁴⁸.

⁴⁶ Para maiores informações acerca de *A Voz do Povo* ver Osvaldo Batista Acioly Maciel. "A Voz do Povo: Um Registro da Esquerda Alagoana (1954-1964)" In: *Cabanos - Revista de História*, v. 1, p. 129-144, 2008.

⁴⁷ O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado "Memórias Reveladas", foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País. Em novembro de 2005, foi assinado o decreto regulamentando a transferência para o Arquivo Nacional dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O Centro constitui um marco na democratização do acesso à informação. O acesso ao portal é feito através do endereço www.memoriasreveladas.gov.br.

⁴⁸ São exemplos as dissertações de Mestrado de Anderson Vieira Moura *Comunistas e trabalhadores em Alagoas. (1951-1961)*. 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, Recife, 2012, assim como a de Airton Souza Melo. *Operários têxteis em Alagoas: Organização Sindical e Vida na Fábrica (1951-1964)* 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, Recife, 2012, e a de Ivo Santos Faria *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL (1953-1962)*. 109f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Pós-Graduação em Sociologia, Maceió, 2012.

A multiplicação das fontes de pesquisa nos últimos anos também tem sido beneficiada por publicações de entrevistas em forma de livro, o que tem enriquecido sobremaneira o leque de informações disponíveis. No agora longínquo ano de 1983, o jornalista Márcio Moreira Alves publicou a biografia do ex-senador Teotônio Brandão Vilela, que falecera naquele mesmo ano. Vilela que já havia ocupado os cargos de Deputado Estadual e Vice-Governador foi eleito para o Senado em 1967 pela ARENA, partido do governo, para em 1979 ingressar no MDB, partido de oposição legal a Ditadura. A obra procura acompanhar alguns dos momentos de grande envergadura da vida política de Teotônio, com destaque para a sua participação junto com Luís Cavalcante no desenrolar dos acontecimentos do dia 31 de março de Alagoas, narrados no capítulo VIII do livro⁴⁹.

Uma empreitada de importância fundamental tem sido o trabalho realizado pelo historiador alagoano Geraldo Majella. Enquanto militante do PCB na década de 1980, Majella procurou registrar entrevistas com membros do partido que haviam atuado em décadas anteriores, havendo uma predominância de relatos que compreendem as décadas de 1950 e 1960. Desde 2010, Majella já publicou dois livros: *Rubens Colaço: Paixão e vida – a trajetória de um líder sindical* e em 2011, *Mozart Damasceno, o bom burguês*, ambos pela Edições Bagaço. Majella declarou a existência de outros relatos gravados que deverão ser publicados em breve.

Da mesma maneira, o também historiador Golbery Lessa desenvolveu um Projeto de Extensão que se dedicou a coletar entrevistas com os ex-operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, sediada em Maceió, nos quais foram relatadas as experiências de trabalho, vida na fábrica, além da narração de episódios políticos marcantes, como as greves de cunho econômico, as lutas e mobilizações sociais importantes, dentre elas, a participação dos trabalhadores têxteis nos eventos das primeira metade da década de 1960⁵⁰.

Outra iniciativa que merece destaque, com certeza é o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão Estadual de Verdade Jayme Miranda, que desde a sua implantação em 2012 tem mantido uma rotina de sessões públicas onde ex-presos políticos alagoanos tem aceitado o convite de prestar depoimentos acerca das perseguições que sofreram, assim como das violências e torturas das quais foram vítimas enquanto se encontravam presos. Os depoimentos gravados, encontram-se em estágio de tratamento e deverão estar disponíveis ao público em breve.

⁴⁹ Márcio Moreira Alves. *Teotônio, guerreiro da paz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

⁵⁰ Golbery Lessa. "Trama da memória. Urdidura do tempo. *Ethos* e lugar dos operários têxteis em alagoanos." In Douglas Apratto Tenório, Golbery Luiz Lessa. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Edufal, 2013.

PALAVRAS FINAIS

Como a direita venceu em 1964, a luta dos grupos progressistas tendeu a ser apagada e a versão construída a partir de então foi a de que os trabalhadores alagoanos não tomaram parte na defesa do programa reformista e as mobilizações que aconteceram – mesmo sendo posteriormente negadas – teriam sido fomentadas por “estrangeiros” de Pernambuco/Cuba/URSS e que jamais teriam conseguido se propagar entre os trabalhadores alagoanos, dada a inata “fraternidade” e sua total ausência de identificação com a propaganda agitadora e subversiva.

Apesar dos avanços na tentativa de se desmistificar as versões oficiais e dos combates travados contra o sufocamento das memórias dos derrotados, ainda é preciso se fazer muito no sentido de estabelecer as relações entre aqueles que ajudaram a construir a ditadura e de alguma – ou de várias – maneira se beneficiaram dela ou mesmo foram seus herdeiros, para dessa maneira, entendermos, definitivamente, que as torturas foram praticadas por pessoas, que o regime não foi inventado por extraterrestres e que a despeito do revisionismo imperante atualmente nas discussões sobre o tema, a ferida aberta pelo Golpe Civil e Militar de 1964, além de não ter cicatrizado, continua a sangrar no silêncio das vozes sufocadas por ele.

Pelo evento traumático que foi o golpe civil militar e a ditadura que instaurou, ainda suscitará uma série de novas avaliações, principalmente no tocante ao seu legado. É por demais salutar o surgimento de novas interpretações e novos ângulos de olhar sobre um processo ainda dolorido da história brasileira recente. No entanto, é igualmente necessário tomar cuidado com as afirmações distorcidas, ou mesmo que, tendo a intenção de iluminar a questão, acabe por ter o efeito inverso, o de fornecer argumentos para os que, sobre o pretexto de salvar a democracia, construíram uma ditadura, cuja marca teima em não se retirar das instituições as quais a duras penas procuram se reconstruir dentro de um novo processo democrático.

Cabe a nós no presente a não conivência com o esquecimento, cabe a nós a missão de nos recusarmos a ver a luta daqueles que ousaram se lançar no combate por uma sociedade melhor, simplesmente terem a sua memória relegada ao subterrâneo. Como muito bem observou Walter Benjamin há mais de 70 anos atrás, “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer (...) e esse inimigo não tem cessado de vencer”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- ALVES, Márcio Moreira. *Teotônio, guerreiro da paz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- ALVES DOS SANTOS, James Washington. *O Poder dos Militares nas “Mãos” de um Civil: Ditadura Militar e o 1º Governo Suruagy em Alagoas*. Maceió: UFAL, 2009 (Mímeo).
- ARRUDA MELLO, Paulo Décio de. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. 1990. 203f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Itaguaí.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: O governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)*. 159f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, Recife, 2013.
- COSTA, Rodrigo José da. “Do ‘comício que não houve’ à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas.” In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.
- COSTA, Rodrigo José da. “Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961-1964).” In: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, p. 125-144.
- FARIAS, Ivo Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL (1953-1962)*. 109f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Pós-Graduação em Sociologia, Maceió, 2012.
- FERREIRA, Jorge Ferreira e GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente e instituiu a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. *1964: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- LINS, Ênio. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004.
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “A Voz do Povo: Um Registro da Esquerda Alagoana (1954-1964)” In: *Cabanos - Revista de História*, v. 1, p. 129-144, 2008.
- MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita. *Homo Inimicus: Igreja católica, ação social católica e discurso anticomunista em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.
- MELO, Airton Souza. *Operários têxteis em Alagoas: Organização Sindical e Vida na Fábrica (1951-1964)*. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, Recife, 2012.
- MELO, Demian. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MIRANDA, Anivaldo. *Alagoas e o Golpe de 1964*. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista - PPS, 2004.
- MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores em Alagoas. (1951-1961)*. 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, Recife, 2012.
- MOURA, Anderson Vieira. “Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950.” In: *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº 9, p. 222-243. Julho/2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

- POLLAK, Michel. "Memória, esquecimento, silêncio." In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: Os artistas da revolução: do CPC a era da TV*. São Paulo: EDUNESP, 2014.
- SALDANHA, Alberto. *A mitologia estudantil*. Maceió: SERGASA, 1994.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão)*. Maceió: Edufal, 2007.
- TENÓRIO, Douglas Apratto, LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Edufal, 2013.
- ZAIDAN, Tiago Eloy. *O golpe de estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação: a experiência da mídia Imprensa Alagoana*. 266f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em Comunicação, Recife, 2010.